

Arquitetura Contemporânea no Brasil: a produção dos jovens arquitetos nos portais especializados brasileiros

ALBUQUERQUE, AUGUSTO ARAGÃO (1); SILVA FILHO, ALEXANDRE JORGE NOBRE. (2); SILVA, ANDERSON RAFAEL DA.

Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

Campus A. C. Simões - Av. Lourival Melo Mota, s/n,

Tabuleiro do Martins - Maceió - AL, CEP: 57072-970

augustoa@hotmail.com

nobre_aj@hotmail.com

andersonfoxx@ig.com.br

Palavras-Chave: Arquitetura Contemporânea Brasileira, Paradigmas na Arquitetura Brasileira, Formação do Arquiteto Urbanista no Brasil.

Resumo

Este artigo apresenta uma análise de alguns dados levantados no andamento da pesquisa "Produção e Reprodução do Conhecimento em Arquitetura e Urbanismo: mudanças no Brasil da primeira década do século 21". Alguns elementos da Teoria do Conhecimento, da Filosofia e da Sociologia da Ciência são utilizados para compreender aspectos das mudanças de consensos nesse campo do saber. Como ilustração desses processos, se apresenta a implantação do Modernismo nas escolas de Arquitetura no Brasil e as dificuldades do desenvolvimento de uma crítica a partir dos anos de 1950. Ao se levantar a publicação dos jovens arquitetos em duas revistas especializadas de circulação nacional, pode-se constatar a concentração de uma amostragem não só limitada do ponto de vista territorial, como também do ponto de vista hegemônico no uso de alguns dos meios mais importantes de consolidação da expressão arquitetônica.

Palabras clave: arquitectura brasileña contemporánea, paradigmas en la arquitectura brasileña, enseñanza de la arquitectura urbana en Brasil.

Resumen

Este artículo presenta un análisis de algunos datos recogidos en el curso de la investigación "Producción y reproducción del conocimiento en Arquitectura y Urbanismo: Cambios en la primera década de Brasil del siglo 21" Algunos elementos de la Teoría del Conocimiento, Filosofía y Sociología de la Ciencia se utilizan para entender los aspectos de los cambios en el consenso en este campo del conocimiento. Para ilustrar estos procesos, se presenta la implementación del Modernismo en las escuelas de arquitectura en Brasil y las dificultades para desarrollar una crítica

a partir de los años de 1950. Mediante el levantamiento de la publicación de dos jóvenes arquitectos en las revistas de circulación nacional, se puede observar la concentración de una muestra no sólo limitado desde el punto de vista territorial, sino también el uso hegemónico de algunos de los medios más importantes para la consolidación de la expresión arquitectónica.

Keywords: Contemporary Brazilian Architecture, Paradigms in Brazilian architecture, architectural education in Urban Brazil.

Summary

This article presents an analysis of some data collected in the course of the research "Production and Reproduction of Knowledge in Architecture and Urbanism: changes in Brazil's first decade of the 21st century." Some elements of the Theory of Knowledge, Philosophy and Sociology of Science are used to understand aspects of changes in consensus in this field of knowledge. To illustrate these processes, it analyses the implementation of Modernism in architectural schools in Brazil and the difficulties of developing a critique from the year 1950 ahead. By lifting the publication of the young architects in magazines of national circulation, one might note the concentration of a sample not only limited to the territorial point of view, but also to the hegemonic use of some means to consolidate architectural expression.

1. Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento e apresenta resultados iniciais de levantamentos acerca da publicação de obras de jovens arquitetos brasileiros em duas revistas com circulação no Brasil. Os dados levantados fazem parte dos trabalhos de iniciação científica de dois estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas: Alexandre Jorge Nobre Silva Filho e Anderson Rafael da Silva.

Inicia-se a exposição dos argumentos apresentando uma conceituação do termo Paradigma, fundamental para a compreensão dos argumentos. Esta conceituação se dá por meio de uma migração entre campos de saber. Da Epistemologia da Ciência para o campo da Arquitetura e do Urbanismo que, além de ter seu viés científico também é Arte.

Apresenta-se em seguida, parte da fundamentação teórica da pesquisa enfatizando a relevância das revistas nas mudanças de paradigmas na história da Arquitetura e na formação dos neófitos deste campo disciplinar e chegando à contextualização da problemática da transição paradigmática vivida na transição do século XX para o XXI no Brasil.

A questão das publicações da produção dos jovens arquitetos também é tratada em relação às condições do exercício da crítica como o confronto das idéias e sua divulgação.

A análise de alguns dados trabalhados na fase inicial da pesquisa é apresentada, demonstrando a concentração de publicações com o foco na cidade e no estado de São Paulo, alargando-se um pouco sobre a Região Sudeste.

A título de conclusões (provisórias), aponta-se a necessidade da criação e fortalecimento de publicações que expressem melhor a diversidade da formação dada nas escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil com a mesma credibilidade ou autoridade que é transmitida pelas publicações que contam com o apoio de fortes grupos editoriais.

2. Arquitetura como campo de saber

A pesquisa na qual se insere este artigo trata do processo de formação dos arquitetos e urbanistas no Brasil no início do segundo milênio. Neste universo, volta-se à aquisição de novas linguagens expressivas, mais especificamente à adoção de referenciais reconhecidos ou validados pela comunidade profissional.

Antes de tudo, é importante esclarecer que este artigo se baseia em uma concepção de Arquitetura como um campo do saber que, tendo a dimensão espacial do ser humano como objeto, sintetiza aspectos de sua dimensão física, social, comunicacional e estética. Portanto, parte-se do pressuposto de que a Arquitetura não é delimitável apenas como Ciência, assim como também não o é exclusivamente como Arte ou Técnica.

Dito isto, não significa que os estudos da Técnica, da Estética ou da Ciência não sejam úteis para o aprofundamento do campo da Arquitetura. Neste artigo, recorreremos a elementos da Teoria do Conhecimento, da Filosofia e da Sociologia da Ciência, por reconhecer que, tendo este campo se desenvolvido – notadamente a partir dos anos de 1920 – alguns *transferts*¹, embora possam incorrer em “erros”, podem contribuir com novas abordagens

Um dos aspectos que se ressalta aqui é a contribuição de Habermas (Verdade e Justificação: ensaios filosóficos 2004) que, dentro de uma linha racionalista, defende que o conhecimento científico é produzido em processos intersubjetivos. De fato, ele trabalha no sentido de substituir o paradigma da subjetividade auto-reflexiva pelo das relações intersubjetivas, construído a partir de consensos provisórios estruturados a partir do mundo da vida.

Em um certo aspecto, esta concepção é convergente com a visão de Kuhn (1977) que considera que os paradigmas científicos se consolidam a partir de sua aceitação dentro da comunidade científica ou profissional. Kuhn chega a esta conclusão a partir da análise da história das ciências naturais e, por isso, a estabilidade dos consensos parecem acontecer com maior continuidade do que o que se verifica nas Ciências Humanas e Sociais. De fato, nesta direção aponta Bourdieu (1983) quando afirma que a Ciência vive em um processo permanente de revoluções.

Como decorrência da noção de comunidade, temos a emergência de aspectos sociais na análise do desenvolvimento da Ciência. O campo científico se constitui em um espaço de disputas em busca de uma autoridade reconhecida não apenas pela competência mas também pela capacidade de articulação política. Trata-se, portanto, não somente de uma única comunidade, mas de articulações entre comunidades em uma disputa dinâmica de poder regional e temático.

A motivação do alinhamento com a “última tendência”, em um campo científico, pode ser comparada à mesma motivação presente no mecanismo da moda: a busca de algo que confira *status* e pertença a um grupo que se estabelece como referência. O grande risco é o de agregar, além de cientistas seriamente engajados na formulação e solução de problemas, também aqueles que, estando mais preocupados em se estabelecerem no “mercado científico”, reproduzam seus “*papers*” com pouca ou nenhuma relevância para o desenvolvimento do debate em questão.

Por outro lado, a reprodução da teoria por meio de sua adoção por parte dos quadros de profissionais é a ferramenta mais forte para sua consolidação. E, quando essa adoção ocorre no momento em que o profissional em formação está tendo seus primeiros contatos com o campo interdisciplinar da Arquitetura e do Urbanismo, lançam-se as bases para suas principais referências.

Um primeiro aspecto que destacamos é, portanto, a formação social dessas referências – paradigmas na expressão de Thomas Khunⁱⁱ (1977) – nos campos profissionais. Hoje, afastados da idéia da validade do objeto e mais voltados à compreensão das relações intrínsecas, podemos ver como os novos rumos da Arquitetura afastaram-se do pragmatismo típico do Positivismo Lógico que tanto marcou o século XX. A diversidade das posturas que hoje orienta as práticas dos arquitetos é freqüentemente marcada por uma visão multifacetada, valorizando a linguagem, o contexto, a expressão artística, o apelo tecnológico (como diferencial) e assim por diante.

3. Escolas de arquitetura no Brasil: origens e transformações

A partir de 1808, o Brasil começa a superar a barreira já há muito transposta pelas colônias espanholas na América. A implantação do Curso Médico de Cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro, foram os primeiros passos para a criação da Ufba e UFRJ. Já a implantação dos cursos de Arquitetura no Brasil aguardou ainda oito anos. Em 1816, com a vinda da Missão Francesa, a Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro abriu os caminhos da formação superior em Arquitetura, seguida pela Bahia, em 1877. Sob o cetro do Império, as duas primeiras escolas de Arquitetura foram fundadas nas duas primeiras capitais do Brasil.

Nessa esteira, em 1930, “um grupo de idealistas se reuniu e decidiu fundar uma Escola de Arquitetura em Belo Horizonte”. (Escola de Arquitetura-UFMG 2011). Em 1932, conforme atesta Evaldo Coutinho (MOURA 2006), foi fundado o curso de Arquitetura na Escola de Belas Artes do

Recife. Já não era o Império, mas o início dos 15 anos ininterruptos do Governo Vargas que, junto com a 2ª Guerra, chegou ao fim em 1945, encerrando o Estado Novo.

Com o fim do Estado Novo e a nova Constituição, a Universidade Brasileira passa por grandes reformas. Muitas faculdades e escolas superiores se agrupam e, federalizando-se, formam as universidades federais em diversos estados. Assim, em 1945, no Rio de Janeiro; em 1946, no Recife e, em 1949, em Salvador e Belo Horizonte. Nesse movimento, as escolas de Arquitetura se integram às universidades em um contexto de modernização e formação de quadros para um Brasil que pretende se inserir em um mundo industrializado em reconstrução, após a 2ª Guerra.

A reforma da Universidade coincide com a adoção do Modernismo como linguagem e marca da Arquitetura Brasileira. Nesse período, diversos arquitetos-professores são contratados para renovar as escolas e se destacam não só no ensino como também em sua produção arquitetônica.

Aqui retomamos, tanto como exemplo das dificuldades de mudanças de paradigmas na academia, como contextualização da formação dos novos quadros no processo de renovação da Universidade no Brasil, o caso da contratação e demissão de Lúcio Costa na direção da Escola Nacional de Belas Artes. Era o início dos anos de 1930. A adoção do Modernismo como paradigma, não só encolerizou os antigos professores – detentores de um saber que não queriam ver desqualificado – como também os jovens em formação – tomavam a clareza do discurso modernista como validade e vanguardismo inquestionáveis. O Rio de Janeiro formava uma nova geração que se tornou, junto com alguns imigrantes europeus, determinante para a consolidação do Modernismo no Brasil.

Além de novos métodos de projetar, os novos exemplares construídos passam a integrar as referências para os estudantes. Esse conjunto não se restringia ao método ou aos resultados. Os casos emblemáticos tomados como consagrados, as revistas e premiações passavam, aos poucos, a se constituir em recurso de consolidação desse autêntico paradigma, repassado nas orientações de ateliês, nos escritórios. Este processo funcionou como uma validação e reprodução da “nova arquitetura brasileira”.

No Brasil, essas mudanças acontecem em um ambiente muito particular em relação a muitos países. A Arquitetura Modernista, aqui, tornou-se uma marca indelével. A qualidade de nossa produção, ainda mais nos anos das grandes publicações internacionais inauguradas com o catálogo da exposição da Arquitetura Brasileira no MoMA, o Brazil Buildings (GOODWIN 1943), colocava um grande número de arquitetos brasileiros nos patamares mais altos entre as referências mundiais.

Nos anos de 1950, a Arquitetura Moderna já se consolidara. O Rio de Janeiro já “exportava” muitos arquitetos consolidando seu papel de referência e de vanguarda nesse processo. No entanto, o clima que marcava a fase heróica não arrefecera. De fato, podemos fazer um paralelo com a teoria de Thomas Kuhn, quando, analisando o desenvolvimento da Ciência, destaca fases como essas. Em períodos que se sucedem ao surgimento dos novos paradigmas, evidencia-se o tratamento de temas que são aprofundados em suas variáveis, em seus detalhes como fases de consolidação. São as fases de estabilidade.

4. Crítica e produção arquitetônica

A este ponto abrimos um espaço para fazer menção às condições para que exista a crítica (MONTANER 2007). Como primeiro ponto destaca-se a necessidade de uma teoria. A crítica da Arte está mais no campo da argumentação que da comprovação e como tal deve se colocar à prova em sua racionalidade diante de um público o mais universal possível no tempo e no espaço (PERELMAN 1999).

A crítica que tem por função lançar luz sobre os conteúdos analisados em função da compreensão de um público sempre mais amplo e depende do contraditório para que se consolide e fortaleça. Como consequência, tem-se a necessidade da liberdade e da autonomia para a manifestação dos juízos críticos que devem prezar pelo rigor e pela transparência ou abertura de seus desdobramentos.

Um dos aspectos relevantes que aqui se destaca nesta autonomia é a disponibilidade de meios de expressão e veiculação das idéias. Sem estes, a crítica restringe-se a um universo reduzido faltando-lhe a possibilidade da checagem com outros parâmetros. A restrição dos meios de divulgação nos campos profissionais e, mais especificamente falando, no campo da Arquitetura e do Urbanismo, implica na restrição do desenvolvimento da crítica no campo disciplinar.

Em 1954, a Arquitetura Brasileira começou a receber duras críticas. Isso se dava em um contexto em que a crítica internacional buscava novos caminhos. É conhecido o debate entre Reyner Banham e Ernesto Nathan Rogers, sobre a produção da arquitetura dos anos de 1950. Mas o Brasil se manteve à margem de tais discussões.

Os arquitetos brasileiros, de maneira geral, preferiram o caminho mais fácil e menos inteligente de não assimilar e raciocinar sobre as opiniões contrárias, virtualmente criando uma barreira contra críticas de qualquer natureza [...]. Esse comportamento inibiu algumas gerações de arquitetos brasileiros e sufocou uma discussão construtiva – em parte responsável pela atitude refratária a qualquer forma de crítica à arquitetura brasileira desde então até hoje (SEGAWA 2002, 110).

A resistência às mudanças de paradigmas se verificou não só na academia, mas também na prática profissional. Mas foi inevitável e, gradualmente, chegou ao Brasil aquela “crise” que se instalara na teoria e na prática da Arquitetura, a partir dos anos de 1950, na Europa e nos Estados

Unidos, com o 2º Pós-Guerra. Com um grande distanciamento temporal, começamos a viver uma sucessão de paradigmas. Luccas ressalta a dificuldade desse tipo de transição:

O retardo de mais de uma década para aceitar um novo paradigma, ocorrido em relação à Europa e Estados Unidos, e a crise disciplinar reconhecida que iniciava nos anos [19]70, parecem dever-se mais ao repouso em “berço esplêndido” da arquitetura brasileira que ao momento político apregoado (LUCCAS 2008).

As mudanças por que passa a Arquitetura Brasileira não contam com um fato tão preciso para determinar uma ruptura. Em 2002, comentando sobre o Concurso Usiminas/Grupo Corpo, Fernando Lara apontava para a dispersão das posturas adotadas pelos concorrentes:

Com o perdão da inevitável simplificação que esta equação nos traz, foi assim nos anos [19]30, com os acadêmicos na hegemonia e o grupo dos modernos em torno de Lucio Costa trazendo a renovação. Foi assim nos anos [19]50 com os modernos cariocas agora hegemônicos e um pequeno grupo em torno de Artigas chamando atenção para alguns dos defeitos do casamento da arquitetura moderna com a euforia do governo JK. Foi assim de novo no final dos anos [19]70 e início dos [19]80, com o grupo paulista agora hegemônico e os mineiros bradando a chegada da pós-modernidade. Esta equação já não funciona mais. Em um concurso de abrangência nacional [...] não se consegue ler nenhuma tendência, linha ou corrente majoritária (F. LARA 2008.)

Acreditamos que estamos diante de uma mudança mais gradual e que as fontes de migração dos novos paradigmas encontram-se mais dispersas podendo estar relacionadas aos novos meios de comunicação e informação e aos novos impulsos que se tem dado na formação dos quadros dos docentes de nível superior no País com o desenvolvimento da Pesquisa e da Pós Graduação (MALARD 2005.).

Podemos considerar que existe uma produção arquitetônica no Brasil, do início do século 21, permeada dos novos referenciais (ou paradigmas), difundidos e consolidados na última década. Prova disso seria a produção exposta no crescente número de premiações e publicações dedicadas aos “jovens arquitetos”.

Hoje, muitos acreditam que a versatilidades dos novos *softwares* ajudaram a diminuir as vagas e a qualidades dos estágios nos escritórios de Arquitetura. Por outro lado, os estudantes têm acesso a um mundo de informações bem maior e mais variado que há 20 ou 30 anos. Em sala de aula, muitas vezes os estudantes trazem material enviado pelos próprios autores ao fazerem consultas via internet. Michael Graves, Robert Venturi são alguns dos nomes que nos vêm em mente dado que responderam a estudantes que participavam de nossas disciplinas nos anos de 2002. Há ainda o caso de uma estudante que, morando no Recife, em seu Trabalho Final de Graduação, buscou Bill Hillier (na Inglaterra) e Frederico Holanda (em Brasília) para assessoramento, tendo como desdobramento, seu trabalho aceito para apresentação como painel no Space Syntax Simposia, na Grã-Bretanha.

O mundo trazido para sala de aula com as novas tecnologias de informação e comunicação, ao lado das interações nos espaços comunitários – como escritórios, IAB, ONGs e outros ambientes de trocas – podem diminuir a força que a academia tradicionalmente deteve na certificação dos

profissionais. Caso isto ocorra, ampliam-se as possibilidades de diversificação na comunidade profissional, fazendo emergir novas possibilidades para o ensino da Arquitetura e do Urbanismo.

5. Análise preliminar dos dados

O ponto de chegada de nossa pesquisa é a compreensão do processo de consolidação dos novos referenciais adotados pelos arquitetos na produção da Arquitetura Brasileira na primeira década do século 21. Tomamos dois dados como pressupostos: primeiro, o de que as condições da consolidação de uma crítica sobre Arquitetura e Urbanismo no Brasil são escassas. O segundo, que hoje, devido às novas tecnologias de informação e comunicação, alterara-se o acesso que nossos estudantes têm na construção de suas referências.

Além da sala de aula, as novas tecnologias de comunicação e informação têm exercido um papel importante no acesso a teorias e referenciais empíricos de destaque. Essa influência parece se configurar em uma ruptura de paradigmas que, muitas vezes, corre em paralelo à reprodução do conhecimento que se dá pelos moldes tradicionais como a sala de aula e os escritórios de estágio em Arquitetura. Para a verificação desta hipótese, tomamos como corpus as obras dos jovens arquitetos veiculadas em portais especializados e em revistas de grande penetração no âmbito dos estudantes de graduação. No desenrolar dos trabalhos, acreditamos que será possível identificar as principais influências sofridas pelos jovens arquitetos e o processo de incorporação das novas tendências. Trata-se de compreender não apenas influências teóricas, mas procedimentos metodológicos e o posicionamento dessas mudanças em um quadro tão abrangente quanto possível no território nacional.

Para a definição da amostragem empírica, consideramos duas variáveis. A primeira é o critério de visibilidade nos meios de divulgação de maior penetração entre os graduandos. Consideramos duas revistas em suas edições eletrônicas: a AU – Arquitetura e Urbanismo, da Editora Pini, e a Arcoweb, da editora Arco. Uma terceira opção seria o portal Vitruvius, mas, dado que neste portal a produção textual supera a veiculação de obras, não o incluímos no recorte.

O segundo critério foi o período de formação dos arquitetos. Em princípio, consideramos que a internet se popularizou no País em meados dos anos de 1990, permitindo o acesso mais direto a autores e obras de todas as partes do mundo. A adoção desse arco temporal – a partir de 1995 – também se deu pela viabilidade de que estes jovens autores tivessem tempo de construir e ter suas obras divulgadas. Tomamos então, como marco, o ano de 2005 para o início da amostra e 2010, para o término, ano do início da pesquisa. Tempo mínimo para que os que concluíram seus cursos pudessem se deixar influenciar pela rede mundial de computadores e, tendo suas obras construídas, vê-las publicadas pelos veículos especializados.

A estratégia permite a identificação não só das referências adotadas pelos jovens arquitetos, mas também a aprovação de suas obras por um conselho editorial. É evidente que as escolhas se dão

sob pressão de mercado e linhas editoriais. Consideramos este dado como contingente do processo que finda por influenciar seus leitores quando fazem a leitura destes veículos sem o necessário juízo crítico acerca das revistas eletrônicas ou suas versões impressas.

Outro elemento que destacamos foi a escolha das categorias de análise e dos critérios de classificação. Partimos de autores consagrados pela comunidade profissional. Além disso, que em suas obras fizessem uma clara estruturação de categorias para sintetizar as muitas variáveis presentes no final do século 20 e início do 21. Embora a classificação seja um instrumento simplificador e, como tal, empobrecedor da leitura do mundo da vida, foi um recurso utilizado para viabilizar o domínio de uma realidade complexa. Assim, nenhuma categoria é uma caixa fechada, mas uma tendência, uma concentração.

Nessa fase da pesquisa, foram escolhidos dois autores para servir de referência na classificação. O primeiro foi Montaner. Deste, adotou-se a classificação das correntes que estrutura seu texto “Depois do Movimento Moderno” (2001.). A segunda foi Nesbitt que esclarece sua chave de leitura na introdução de sua “Nova Agenda para a Arquitetura” (2006) para a produção por ela analisada dentro do arco temporal de 1965 a 1995.

O levantamento resultou em um banco de dados que foi analisado segundo vários critérios. Como o trabalho está em andamento, apresentaremos aqui os aspectos iniciais da classificação.

A identificação dos autores apresentou já algumas peculiaridades. Alguns dos jovens arquitetos figuraram nas publicações como co-autores de obras ao lado de arquitetos mais experientes como Anibal Coutinho, Hector Vigliecca, Luiz Fernando Rocco e Paulo Mendes da Rocha. Para algumas análises, estas parcerias implicam na exclusão da amostra, mais especificamente quando se der, na continuação da pesquisa, a classificação das linguagens adotadas.

Outro aspecto que foi possível identificar no cruzamento dos dados do ano e da instituição de formação, é que alguns dos arquitetos estudados parece terem se organizado como escritório a partir de relações estabelecidas no período de graduação. São os casos do trio Fernando Forte Lourenço, Gimenes Rodrigo e Marcondes Ferraz que se formaram na FAU-USP/SP em 1999 e da dupla Pedro de Melo e Fernando Magalhães, formados em 1995 e 1996, respectivamente, na Mackenzie.

Na amostra das 60 edições da revista AU, em 25 figuram pelo menos um jovem arquiteto, o que corresponde a mais de 40% da amostra. Esta constatação indica a necessidade de aprofundar o conhecimento da linha editorial da Revista. Esse pode ser um indicativo de que ela tenha um foco no público da graduação uma vez que, como estratégia de marketing, a editora Pini monta stands para a venda de assinaturas em escolas de Arquitetura.

Na análise da origem da formação dos autores cujas obras foram publicadas, quanto às escolas de origem pode se verificar que na Arcoweb (Gráfico 1) de um total de 21 instituições 36% das publicações foram de egressos da USP. Junto com os 31% da Mackenzie, as publicações das duas escolas fizeram um total de 67%.

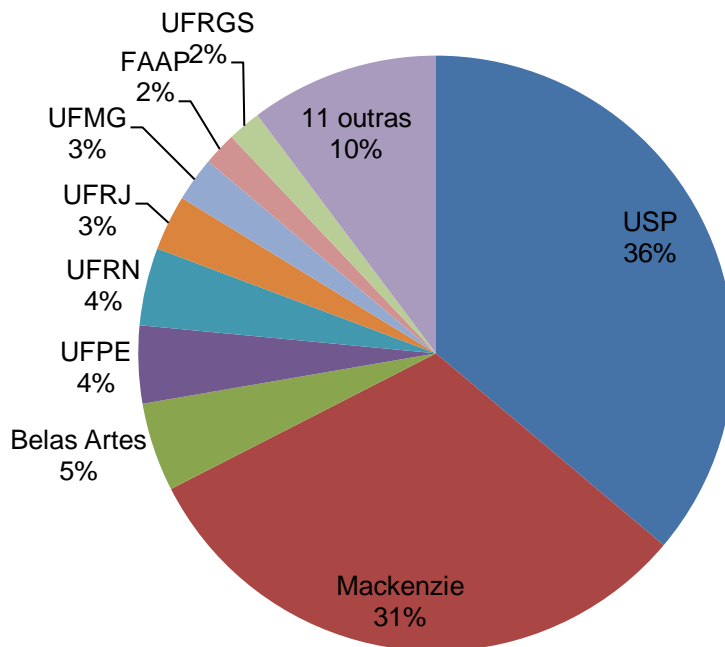


Gráfico 1 – Porcentagem dos jovens arquitetos publicados na revista Arco Web no período estudado segundo suas escolas de formação.

Na revista AU (Gráfico 2), 11 é o número total de instituições cujos nomes estão associados aos arquitetos publicados. Neste caso, o somatório Usp-Mackenzie cai para 43% enquanto que o somatório UFRJ e Uff salta para 24%.

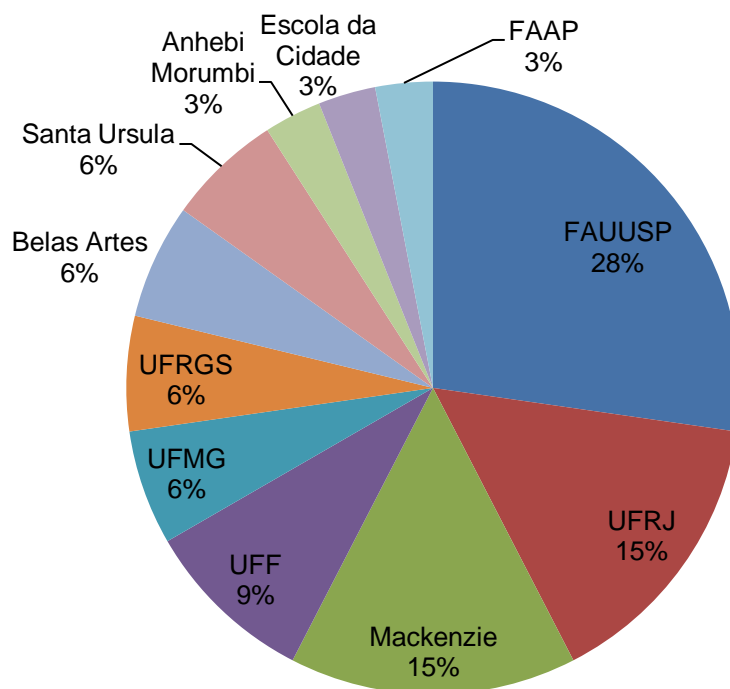


Gráfico 2 - Porcentagem dos jovens arquitetos publicados na revista AU no período estudado segundo suas escolas de formação.

Esta análise nos remete necessariamente a uma leitura da distribuição dos publicados por unidades da Federação:

Na Arcoweb (Gráfico 3), a concentração é em São Paulo (78%), enquanto que os outros estados mantêm um certo equilíbrio em suas participações.

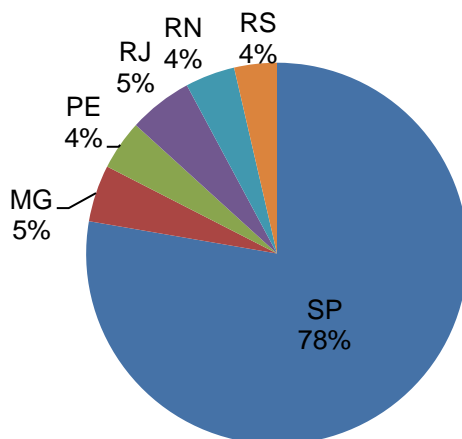


Gráfico 3 – Porcentagem de jovens arquitetos publicados no período na revista Arcoweb segundo os estados de suas escolas de formação.

Nas publicações da revista AU (Gráfico 4), verifica-se uma grande concentração das escolas não só de São Paulo mas também da Região Sudeste. Das 33 veiculações 58% estão em São Paulo,

30% no Rio de Janeiro e 6% em Minas Gerais. Apenas 6% se deslocam para o Rio Grande do Sul.

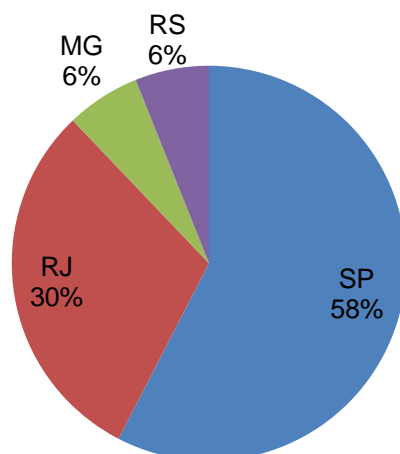


Gráfico 4 - Porcentagem de jovens arquitetos publicados no período na revista AU segundo os estados de suas escolas de formação

6. Do exposto

A pesquisa ainda está em andamento e, no momento, nos debruçamos sobre as possibilidades de classificação das linguagens e paradigmas adotados pelos jovens arquitetos nas duas publicações escolhidas. A análise quantitativa, na realidade, é um subproduto da referida pesquisa, mas já aponta algumas conclusões significativas.

Podemos concluir, ainda que provisoriamente, que a distribuição das publicações nos principais portais de divulgação da produção projetual dos jovens arquitetos brasileiros reflete uma realidade há muito conhecida com implicações, que talvez precisem ser melhor estudadas. O estado de São Paulo (e neste caso, talvez se devesse dizer, a cidade de São Paulo), além de concentrar o maior PIB do País reúne o maior número de escolas de Arquitetura e Urbanismo. Esta concentração implica também em uma concentração de recursos na pesquisa e no parque editorial.

Também nosso campo se constituiu em um espaço disputas. Se por um lado, a grande concentração em torno de um único centro pode favorecer uma reprodução de certos padrões nos centros menores, por outro, dificulta uma renovação.

A necessidade do desenvolvimento de uma crítica que represente melhor a diversidade da formação em Arquitetura e Urbanismo dada nas escolas brasileiras demanda o desenvolvimento de veículos de divulgação de idéias e obras com o credenciamento ou a acreditação (permita-se o hispanismo, dado que exprime melhor o sentido do termo) que lhe dão os veículos difundidos com o apoio de fortes grupos editoriais para que a autoridade de fala seja percebida pelos graduandos, enquanto ingressantes em nossa comunidade profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arco Web. *Arcoweb. Edições de 2005 a 2010*. <http://www.arcoweb.com.br/> (acesso em 2010/2011).

AU-Arquitetura e Urbanismo. *AU-Arquitetura e Urbanismo*. <http://www.revistaau.com.br/> (acesso em 2010/2011).

BOURDIEU, P. "O campo científico." In: *Pierre Bourdieu; sociologia.*, por R. (org). ORTIZ. São Paulo: Ática, 1983.

Escola de Arquitetura-UFMG. *Histórico*. 2011. http://arquitetura.ufmg.br/?page_id=10 (acesso em 08 de 09 de 2011).

GOODWIN, P. L. *Brazil Builds: architecture new and old, 1652-1942*. New York: The museum of Modern Art, 1943.

HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

—. *Verdade e Justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Loyola, 2004.

KUHN, Thomas. *A Tensão Essencial*. Lisboa: Ed. 70, 1977.

LARA, Fernando & MARQUES, Sônia. (org.). *Projetar - Desafios e Conquistas da Pesquisa e do Ensino*. Rio de Janeiro: Editora Virtual Científica, 2003.

LARA, Fernando. *136 arquiteturas brasileiras*. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq022/arq022_00.asp>. 16 de 11 de 2008.

LUCCAS, Luís Henrique Haas. *Arquitetura contemporânea no Brasil: da crise dos anos setenta ao presente promissor*. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq101/arq101_00.asp>. 16 de 11 de 2008.

MALARD, Maria Lucia (Org.). *Cinco textos sobre Arquitetura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MONTANER, Josep Maria. *Arquitetura e Crítica*. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

—. *Depois do movimento moderno*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.

MORIN, Edgard. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

MOURA, Éride. “Evaldo Bezerra Coutinho.” *Portal ArcoWeb*. Arco Editorial Ltda. 2006. <http://www.arcoweb.com.br/entrevista/evaldo-bezerra-coutinho-a-expressao-26-02-2008> (acesso em 21 de 06 de 2009).

NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica, 1965-1995*. São Paulo: Cosac & Naify, 2006.

PERELMAN, Chaim. *Tratado da argumentação: A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil: 1900-1990*. 2ª. São Paulo: Edusp, 2002.

—. “Pós-mineiridade revisitada: Éolo Maia.” *mdc . revista de arquitetura e urbanismo*. <http://revistamdc.files.wordpress.com/2008/12/mdc04-txt-02.pdf> (acesso em 2009).

ⁱ “Com efeito, a circulação clandestina dos conceitos tem, apesar de tudo, permitido às disciplinas evitarem a asfixia e o engarrafamento. A ciência estaria totalmente engarrafada se os conceitos não migrassem clandestinamente. Mendelbrot dizia que as grandes descobertas são o fruto de erros no transfert dos conceitos de um campo para o outro (MORIN 2003, 170).

ⁱⁱ Thomas Kuhn Doutorou-se em Física pela Universidade de Harvard. Lecionou História da Ciência, nas universidades da Califórnia, Berkeley, Princeton e no MIT. Tornou-se referência a partir da publicação de seu livro “Estrutura das Revoluções Científicas”. Para responder às acusações de irracionalismo desta Obra, escreveu vários textos que foram sintetizados no livro *A Tensão Essencial*. A obra de Kuhn foi precursora das abordagens sociais da Ciência e da produção do conhecimento.